

4. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de apoio financeiro:

- **Freguesia de Tadim**, no valor de **1.653,60 €**, destinado a apoiar a colocação e aquisição da "Porta Principal do Pavilhão de Tadim";

- **UF de Crespos e Pousada**, no valor de **4.200,00 €**, destinado a apoiar a elaboração do projeto de "Alargamento e Pavimentação da Rua de Portas em Crespos".

- **UF de Crespos e Pousada**, no valor de **10.000,00 €**, destinado a apoiar a "Aquisição de viatura de transporte de crianças".

R.C. – Reunião de
---/---/2019A.M. – Sessão de
---/---/2019

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **Freguesia de TADIM**, destinado a apoiar a colocação e aquisição da “**Porta Principal do Pavilhão de Tadim**” no valor de **1.653,60€**, liquidar mediante apresentação de relatório(s) comprovativo(s) de despesa efetuada.

Após a realização dos trabalhos para os quais será concedido o presente apoio, a Junta de Freguesia terá que apresentar relatório comprovativo da afetação da verba à execução desses mesmos trabalhos.

Braga, 14 de Fevereiro de 2019

Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

R.C. – Reunião de
---/---/2019A.M. – Sessão de
---/---/2019

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;


Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à U.F. de **CRESPOS e POUSADA**, destinado a apoiar a elaboração do projeto de **“Alargamento e Pavimentação da Rua de Portas em Crespos”** no valor de **4.200,00€**, liquidar mediante apresentação de relatório(s) comprovativo(s) de despesa efetuada.

Após a realização dos trabalhos para os quais será concedido o presente apoio, a Junta de Freguesia terá que apresentar relatório comprovativo da afetação da verba à execução desses mesmos trabalhos.

Braga, 18 de Fevereiro de 2019

pel' Presidente da Câmara Municipal de Braga


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

R.C. – Reunião de
---/---/2019

A.M. – Sessão de
---/---/2019

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

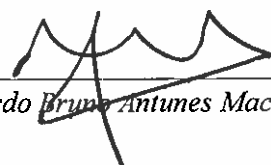
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à **União das Freguesias de CRESPOS e POUSADA**, destinado a apoiar a “**Aquisição de viatura de transporte de crianças**” no valor de **10.000,00 € (dez mil euros)**.

Após a aquisição da referida viatura, sempre que esteja disponível e o Município dela precisar, a União das Freguesias de Crespos e Pousada cedê-la-á para atividades municipais.

Braga, 04 de março de 2019

Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)